



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

**LER E ESCREVER EM CASA - LER E ESCREVER NA ESCOLA
LER E ESCREVER NA COMUNIDADE**



PLANO NACIONAL DE ACÇÃO DE LEITURA E ESCRITA (PNALE)

Maputo, Novembro de 2017



Ficha Técnica

Título

Plano Nacional de Acção de Leitura e Escrita

Edição

Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano

Direção

Gina Guibunda - Directora Nacional do Ensino Primário
Antuia Soverano - Directora Nacional do Ensino Primário cessante.

Coordenação

Teléfero de Jesus António Nhapulo e Graça Jossias Cumbe

Elaboração

DINEP - Teléfero de Jesus António Nhapulo, Jorgete de Jesus, Graça Cumbe, Maria Sarmento, Suzana Matsinhe; Júlio Zimba (reformado), Maria Teresa Miguel (reformada) Maria Azélia Mapsanganhe e Maria da Glória Miambo.

DINAEA - Raquel Raimundo; DNFP - Engrácia Monjane, Dorcas Clemente

INDE - Vicente Bisqué, Crisanto Ngundango; DNGGQ – Justino Manjate; DEE - Maria Luísa Manguana; Rafael Sendela.

DPEDH de Maputo – Jorgete de Jesus e Silvestre Dava; IFP da Matola - Atanásio Majuice e Escola Maria Ana Mogas - Ana Maria Brás.

Colaboradores

Sérgio Cossa – Instituto Nacional de Educação Aberta e a Distância,

Nacima Figia – Save The Children Moçambique

Revisão

Graça Jossias Cumbe, Justino Manjate e Crisanto Ngundango

Financiamento

Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano e

Save The Children Moçambique

Ano: 2017

Tiragem:

81.283 Exemplares

Arte Final e Impressão



Índice

Prefácio	3
1. Introdução	5
Justificativa	6
2. Objectivos	8
a) Objectivo Geral	8
b) Objectivos Específicos	8
3. Condições para a leitura e escrita	8
4. Princípios Orientadores	9
a) Promoção de hábitos de leitura	9
b) Práticas sociais, cidadania e diversidade cultural	10
c) Educação Especial	14
d) Autores, Editores e Livrarias	14
e) Línguas Moçambicanas	15
5. Áreas de intervenção	15
5.1. Currículo	15
a) Divulgação dos objectivos e importância do Plano Nacional de Acção de Leitura e Escrita (PNALE)	17
b) Promoção de Jornadas de Leitura e Escrita.....	17
5.2. Ambiente de leitura e escrita	20
5.3 Formação inicial e em exercício de Professores.....	21
a) Formação inicial	22
b) Formação em exercício.....	23
6. Avaliação da Fluência de Leitura	23
7. Monitoria e Avaliação	24
7.1. Avaliação Diagnóstica e Intermédia	25
7.2. Avaliação Final	26
8. Implementação	26
8.1. Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH)	26
8.2. Direcção Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano	27
8.3. Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia.....	28
8.4. Escola.....	29
8.5. Sociedade civil, pais e encarregados de educação, bibliotecários, animadores de leitura e outras organizações.	29
8.6. Parceiros	30
9. Financiamento	30
Referências Bibliográficas	31
Matriz Operacional do Plano Nacional de Acção de Leitura e Escrita	32

Prefácio

Caro professor, os resultados de estudos recentemente realizados revelaram baixos índices de aquisição de competências nos domínios da leitura e escrita por parte dos nossos alunos, o que leva ao insucesso escolar, pelo que, para dar resposta a estes desafios, o MINEDH vem desenvolvendo várias acções desde a revisão dos currícula, a expansão do Ensino Bilingue, bem como o desenho de várias estratégias conducentes a reverter este cenário.

Neste sentido, surge o Plano Nacional de Acção de Leitura e Escrita (PNALE) com o objectivo de fomentar na sociedade moçambicana hábitos de leitura, pois, é sabido que a leitura serve de ponte para o domínio da escrita, do cálculo, das outras disciplinas, para além de assegurar outros conhecimentos nos domínios social, cultural e económico.

Prezado professor, o presente Plano Nacional de Acção de Leitura e Escrita (PNALE) pretende contribuir para a promoção da leitura e escrita, desenvolvendo hábitos de leitura na escola, em casa, nas comunidades, nas bibliotecas e em outros locais, na formação de leitores autónomos e competentes. A criação de hábitos de leitura e escrita gera uma interacção regular entre crianças, jovens e adultos com diferentes tipologias de textos.

Senhor Professor, ao servir-se deste valioso instrumento, é importante tomar em consideração que, as acções de leitura e escrita a serem desenvolvidas por si em colaboração com os animadores de leitura e escrita devem ter em consideração a classe do aluno, a idade, o nível de proficiência linguística, os gostos e os ritmos de aprendizagem de cada aluno.

Estimado professor, na sua nobre tarefa de educar e de liderança, deposito sob sua responsabilidade a disseminação deste instrumento para toda comunidade escolar, mostrando o quão é fundamental criar e desenvolver o hábito de ler e escrever na sociedade, em parceria com as comunidades locais, a exemplo dos municípios, administrações locais e associações de promoção de leitores, entre outros.

O PNALE é um instrumento nacional de promoção de leitura e escrita, no entendimento de que os hábitos de leitura se adquirem através de práticas continuadas e estruturadas, com a colaboração de vários actores, como por exemplo, os professores,

as famílias, a comunidade, diferentes Ministérios e demais instituições do Estado, as empresas públicas e privadas, as organizações da sociedade civil e voluntários, sempre na perspectiva de contribuir para a formação de crianças, de jovens e de adultos com habilidades de leitura.

Neste contexto, dada a importância de que se reveste a leitura e a escrita, o MINE-DH pretende conferir a este plano a dimensão de uma Política de Estado, de natureza abrangente.



Conceita Ernesto Xavier Sortane

Ministra da Educação e Desenvolvimento Humano



1. Introdução

A problemática da leitura e da escrita tem ocupado um espaço considerado no sector da educação e constitui uma preocupação da sociedade no seu todo. Por isso, uma das prioridades do Programa Quinquenal do Governo 2015 – 2019 é potenciar a aquisição de habilidades e de competências essenciais de leitura, escrita e cálculo no Ensino Primário. Esta acção prioritária do Governo é operacionalizada pelo Plano Estratégico da Educação que também coloca o desenvolvimento das competências acima referidas como uma das grandes prioridades plasmadas no seu Plano Operacional.

A leitura e a escrita constituem habilidades fundamentais para aprendizagem de crianças, jovens e adultos. De acordo com a UNESCO (1973), “se a criança aprende a ler e escrever perfeitamente nas classes iniciais, encontra-se preparada para todas as tarefas que tem que enfrentar futuramente”.

A leitura e escrita surgem como elementos de referência fundamental para o ingresso e participação do Homem na sociedade letrada. Por isso, na sociedade contemporânea, a aquisição destas competências é considerada uma ferramenta básica da comunicação do Homem. É também a chave para o engendramento de um saber já adquirido, fazendo com que o Homem se torne cidadão inserido na civilização moderna, com perfeito domínio dos símbolos da comunicação.

A Constituição da República de Moçambique, no seu Artigo 48, número 1, estabelece que todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como, ao direito à informação. Assim, para o alcance destes direitos, o Plano Nacional de Leitura e Escrita (PNALE) desempenha um papel relevante, sendo, por conseguinte, necessário que se definam as estratégias da sua implementação.

Neste contexto, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano elaborou o presente PNALE, uma iniciativa que visa criar condições para que os moçambicanos possam alcançar níveis desejáveis de leitura e escrita e que se sintam plenamente aptos a lidar com a leitura e escrita em qualquer circunstância e possam contribuir para o desenvolvimento do país.

Justificativa

O Sistema Nacional da Educação (SNE) estabelece, como um dos objectivos gerais e fundamentais, a erradicação do analfabetismo de modo a proporcionar a todo cidadão o acesso ao conhecimento científico e ao desenvolvimento pleno das suas capacidades, o que exige o domínio da leitura escrita. Para o efeito, uma das grandes responsabilidades do Ensino Primário é desenvolver, nos alunos, a capacidade de comunicação oral e escrita. Como mostram os estudos até aqui realizados, a leitura e a escrita constituem habilidades fundamentais para a aprendizagem. Autores como Reis e Aragão (1990), Castanho (2002), Dias e Mendonça (2004) corroboram a posição da UNESCO (1973) na ideia de que a leitura e a escrita, para além de desempenharem um papel fundamental na aprendizagem de todos os conteúdos curriculares, podem permitir alcançar outros objectivos, como por exemplo, alargar a cultura geral através do acesso a outros níveis do saber e à informação (jornais, revistas, etc.); abrir novas hipóteses para o desenvolvimento das capacidades de expressão oral e escrita (mediante o contacto com novas e variadas formas de expressão); enriquecer o vocabulário, para além de criar nos alunos o prazer de ler.

Para o efeito, o professor e outros intervenientes da Educação e Desenvolvimento Humano devem traçar e aplicar diferentes estratégias nas práticas de desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita nos alunos, em todos os níveis e subsistemas de ensino.

O processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita tem sido objecto de pesquisas e debates, a nível da educação, que mostram que a apropriação destas duas habilidades pelos alunos tem sido insatisfatória. Por isso, foram implementadas medidas tendentes a melhorar a qualidade do ensino no concernente à formação inicial e em exercício, à provisão do material escolar, ao reforço da supervisão pedagógica e monitoria, capacitação dos professores em exercício e à prática de jornadas pedagógicas, lançadas em 2008.

Assumindo a importância da leitura e escrita no processo de ensino e aprendizagem, o MINEDH implementou várias medidas tendentes à sua melhoria, tais como: a revisão pontual dos programas do Ensino Primário, em que uma das grandes inovações é o aumento da carga horária para o ensino da língua, a provisão do material escolar, o reforço da supervisão pedagógica e monitoria,

a formação de professores em exercício, a introdução do Ensino em Línguas Moçambicanas, partilha de experiências no processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita iniciais.

Apesar destas iniciativas empreendidas pelo MINEDH, ainda prevalecem inquietações sobre a qualidade do ensino, no âmbito da leitura e da escrita em Moçambique, pois existem alunos que não são capazes de utilizar a leitura e a escrita na prática social, particularmente no contexto escolar e na aprendizagem dos diferentes conteúdos. O país apresenta um enorme déficit no concernente às práticas de leitura. Os índices de consumo da leitura são baixos, como revelam os resultados do estudo do SAQMEQ (2007) e de pesquisas feitas pelo MINEDH através do INDE (2013) e (2016), primeira e segunda avaliação nacional respectivamente bem como de académicos nacionais.

Assim, na perspectiva de reverter o actual cenário negativo que se verifica no âmbito do domínio da leitura e da escrita, o MINEDH pretende fazer uma intervenção planificada, integrando diferentes actividades que concorram para a melhoria da leitura e escrita, bem como melhorar as competências de leitura e escrita, com base no uso de diferentes estratégias, tais como, acções de intervenção na formação inicial e em exercício dos professores, instrução e elaboração de materiais para o uso na sala de aula e a criação de um apoio sustentável e eficaz para professores, na implementação de novos métodos pedagógicos, entre outros. Com isto, pretendese que o PNALE esteja centrado na formação de professores, nos programas curriculares e pedagógicos, bem como no ambiente de leitura e escrita.



2. Objectivos

a) Objectivo Geral

- Melhorar os níveis de aprendizagem da leitura e escrita.

b) Objectivos Específicos

- Criar condições favoráveis ao desenvolvimento do gosto pela leitura na escola, na família e na comunidade;
- Realizar acções de superação pedagógica, no âmbito da leitura e escrita, constantes do currículo;
- Capacitar professores e animadores de leitura em actividades que estimulem o prazer de ler e escrever entre crianças, jovens e adultos e
- Avaliar a fluência da leitura e escrita.

3. Condições para a leitura e escrita

- i. A nível nacional, o livro deve ocupar destaque e deve ser valorizado pela população estudantil e não estudantil.
- ii. Devem existir famílias de leitores que se interessem pelo livro e que partilhem práticas de leitura, de modo que as velhas e as novas gerações se influenciem mutuamente e construam representações afectivas em torno da leitura e escrita.
- iii. As escolas devem ser capazes de formar leitores, como por exemplo, professores, bibliotecários, mediadores de leitura, entre outros, munindo-lhes de estratégias e de recursos com vista ao alcance dessa finalidade.
- iv. Deve ser garantido o acesso ao livro nas escolas, com a disponibilidade de um número suficiente do acervo bibliográfico.
- v. O preço do livro deve ser acessível para o grande número de potenciais leitores.

4. Princípios Orientadores

a) Promoção de hábitos de leitura

É importante olhar para as condições que propiciam a criação de hábitos de leitura. Deve-se, para o efeito, criar e desenvolver o hábito de ler e escrever, com a colaboração activa da sociedade e outros intervenientes.

Em seguida, apresentam-se algumas formas que podem ser aplicadas na criação de hábitos de leitura.

Leitura em Casa: O contexto familiar de cada aluno influencia a sua atitude perante a leitura. Assim, é preciso criar, no ambiente familiar, o gosto e o interesse pelos hábitos de leitura. Para o efeito, deve-se sensibilizar os pais e encarregados de educação sobre a importância do livro, para além de incentivá-los a lerem obras de autores moçambicanos, tanto em Português como nas línguas moçambicanas.

Leitura na Escola: A escola desempenha um papel relevante no desenvolvimento de práticas de leitura. É no âmbito deste contexto que o Currículo prevê três tipos de leitura, a saber: (1) a leitura obrigatória, cujo objectivo é, no ambiente de sala de aula, ensinar o aluno a ler e a interpretar diferentes tipos de textos propostos no livro do aluno, tais como: histórias, cartas, poemas, textos didácticos, textos jornalísticos, etc.; (2) a leitura complementar que tem como objectivo complementar e consolidar a leitura obrigatória; e, finalmente, (3) a leitura de lazer que visa criar o gosto pela leitura através do encorajamento dos alunos à leitura de textos do seu agrado, dentro ou fora da escola.

Para que a leitura na escola se efective, no Ensino Primário, torna-se necessário inserir na programação das aulas de Português e/ou Línguas Moçambicanas as actividades de leitura baseadas em livros propostos pelos professores ou sugeridos pelos alunos, tendo em conta o seu nível escolar, as idades e os diferentes níveis de competência linguística. Ainda na escola, deve-se promover situações que envolvam a leitura nos espaços escolares, colocando crianças, adolescentes, jovens e adultos em contacto com os livros, jornais, revistas, entre outros materiais, onde os professores lêem para os alunos e com eles, e

conversando sobre o que lêem. Outrossim, o professor deve criar momentos em que cada aluno tenha a oportunidade de resumir os textos lidos, tanto na escola como fora desta. Estas práticas são fundamentais para o desenvolvimento do gosto pela cultura de leitura e de formação de leitores autónomos.

Leitura na comunidade: deve-se desenvolver iniciativas de âmbito local, em articulação com os animadores de leitura e outros agentes. Para o efeito, podem ser realizadas actividades que estabeleçam ligação entre o indivíduo com o meio sociocultural, com vista à criação de dinâmicas de leitura no seio das comunidades, tanto em língua portuguesa como nas línguas moçambicanas.

É importante que a escola coordene acções de incentivo à leitura e escrita com os animadores, para juntos estabelecerem a articulação entre a escola e as famílias, grupos de interesse e outras instituições, como por exemplo, associações locais, bibliotecas locais, livrarias, etc.

b) Práticas sociais, cidadania e diversidade cultural



Imagem 1: Mulheres numa aula de Alfabetização e Educação de Adultos

A leitura é um dos meios fundamentais para o fortalecimento da diversidade cultural dos povos, pois favorece todo o tipo de intercâmbio cultural. É através da leitura que o Homem expressa as suas visões multiculturais, ou seja, interage com o mundo, nas suas mais variadas vertentes.

Em Moçambique a leitura deve fortalecer a diversidade cultural do povo moçambicano, tomando em consideração o seu rico mosaico cultural e linguístico que é o garante do intercâmbio cultural. Assim, o livro e a leitura deixam de ser vistos apenas numa dimensão educacional, mas também numa perspectiva cultural.

Para fortalecer qualquer política ou acção ligada ao livro é preciso valorizar a esfera da cultura como um todo. Para o efeito, deve-se apostar no acesso a uma variada gama de objectos culturais que hoje estabelecem vínculos estreitos com os livros.

Incluir o livro e a leitura no quotidiano do aluno, na rotina familiar e na da comunidade de leitores, é um contributo essencial para o crescimento do cidadão, pois a leitura oferece, a todos, uma oportunidade para a sua plena participação na vida social, da sua comunidade e do seu país. Desta feita, a leitura e escrita assumem-se como fundamento no esforço de interpretação e de representação no processo da construção da nação. Só se pode construir uma cidadania sã se ela for alicerçada nos fundamentos de uma sociedade multicultural e democrática, onde a diversidade cultural e a pluralidade constituem seus pilares.

É neste contexto que, na prática social, na cidadania e na diversidade cultural, a leitura constitui condição necessária para que todos os moçambicanos possam exercer seus direitos fundamentais, viver uma vida digna e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

Biblioteca Escolar



Imagem 2: Alunos em actividades de investigação numa biblioteca escolar

A biblioteca constitui um local essencial para o desenvolvimento do currículo escolar. Ela não deve ser vista como um simples depositário de livros, mas sim como um centro de educação continuada, um centro de lazer e de diversão, onde se busca o saber nas suas múltiplas vertentes. Por isso, as suas actividades devem fazer parte do projecto educativo da escola, quer para as actividades quotidianas de ensino, quer para actividades curriculares não lectivas. Assim sendo, a leitura e a escrita devem constituir um centro difusor de informação e cultura, que estimule a criação e a divulgação dos mais diversificados bens artístico-culturais e linguísticos.

O presente PNALE dá primazia a três tipos de bibliotecas, nomeadamente, as bibliotecas escolares, as bibliotecas municipais e as bibliotecas comunitárias móveis.

As bibliotecas escolares devem ser percebidas como uma unidade orgânica da escola. Segundo Silva (2002), elas desempenham um papel fulcral em diversos domínios, como, entre outros, a aprendizagem da leitura, o fomento do prazer de ler e a promoção de hábitos de leitura. As bibliotecas escolares devem levar o aluno a assumir o livro, a leitura e a sua frequência à biblioteca nos tempos livres.

As bibliotecas municipais são, genericamente, denominadas bibliotecas públicas, criadas e geridas pelos municípios, com prestação do serviço público gratuito. (In https://pt.wikipedia.org/wiki/biblioteca_municipal, 16/2/2016, 9.03).

As bibliotecas comunitárias móveis constituem-se como pequenas bibliotecas cujo acervo é organizado em caixas estantes. Para Silva (2002), a sua função é a de disponibilizar informações, estimular e mostrar a importância das práticas de leitura a comunidades distantes e/ou aquelas que não têm bibliotecas em forma física. Os públicos potenciais destas bibliotecas poderão ser as populações das zonas rurais, as comunidades isoladas, os residentes em bairros suburbanos ou em formação, os reclusos, os utentes de lares, as pessoas hospitalizadas, entre outros.

Em seguida, apresentam-se algumas formas que podem ser aplicadas na criação de hábitos de leitura e escrita através das bibliotecas.

As escolas primárias devem planificar feiras do livro, no sentido de promover, na comunidade local, a divulgação de autores moçambicanos e de outras obras de interesse literário, usando as bibliotecas locais ou municipais. É importante que também organizem clubes de leitura ou comunidades de leitores que proporcionem trocas/empréstimos de livros e debates sobre autores e livros lidos em espaços da comunidade.

Outrossim, a escola, as autoridades locais, os bibliotecários e os animadores locais devem também criar Projectos de Leitura e Escrita, constituídos pelos amantes de leitura, alunos, pais e encarregados de educação, leitores, entre outros interessados.

c) Educação Especial



Imagem 3: Alunos em aula numa escola especial

A leitura e escrita é igualmente importante para os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Assim, deve-se criar bibliotecas escolares inclusivas que proporcionem reais oportunidades de leitura para todos os alunos, incluindo os leitores com NEE. O PNALE deve garantir que as pessoas com NEE, como as visuais, auditivas e motoras, tenham acesso ao livro e aos outros materiais de leitura e escrita. Assim, deve-se apostar na tradução em língua de sinais e transcrição em sistema braille, para além de garantir a inclusão destes nas escolas.

d) Autores, Editores e Livrarias

Deve-se garantir, em coordenação com o Ministério da Cultura e Turismo e o Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa, a produção e aquisição de livros em quantidade necessária e a sua distribuição pelas escolas, para além da sua compra a preços compatíveis. De igual modo, as escolas podem compilar os melhores textos produzidos pelos alunos e proceder à sua divulgação. Os

centros culturais, livrarias, editoras, associações e escritores devem participar em actividades de promoção da leitura e escrita, contribuindo na dinamização de iniciativas do seu incentivo nas escolas e nas comunidades.

e) Línguas Moçambicanas

A preservação do património cultural de um povo passa necessariamente, entre vários aspectos, pelo reconhecimento e valorização das suas línguas. Por isso, o PNALE sugere que se privilegie o gosto pela leitura de obras em línguas moçambicanas, como forma de preservar a identidade cultural e linguística de Moçambique, para além de melhorar a qualidade de ensino, principalmente das crianças que não têm o Português como sua língua materna. Para o efeito, deve-se apostar na compilação de histórias nas comunidades, na aquisição de livros de leitura complementar, nos concursos de leitura e escrita em línguas moçambicanas, na premiação de redacções vencedoras e na criação de outras condições que visam elevar o gosto pela leitura e escrita.

5. Áreas de intervenção

O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) desenvolve acções específicas de capacitação de formadores dos IFP com vista a dotar aos futuros professores de estratégias a serem usadas no ensino da leitura e escrita, tornando o PEA agradável, divertido e útil, dando grande relevância a interacção professor/aluno, aluno/família, aluno/ pais e ou encarregados de educação, escola/comunidade, e o envolvimento das diferentes entidades, como Governadores, Deputados, Administradores Distritais, Presidentes dos Municípios, Líderes Comunitários, religiosos e outras), para incentivar a prática da leitura e da escrita.

5.1. Currículo

O Plano Curricular do Ensino Básico, instrumento fundamental no Processo de Ensino-aprendizagem, perspectiva o desenvolvimento de competências de

ouvir, falar, ler e escrever em Língua Portuguesa, Línguas Moçambicanas, Língua de Sinais e Sistema Braille.

Tendo em conta o currículo, o Plano Nacional de Acção de Leitura e Escrita procura adoptar estratégias para o aperfeiçoamento das competências de leitura e escrita numa relação de complementaridade.

A aprendizagem de leitura e escrita passa por três fases, designadamente: cognitiva, domínio e automatização.

Fase cognitiva é um complexo de tratamento da informação, compreendendo conhecimentos (representações), e meios de operar sobre esses conhecimentos (processo).

Fase de domínio é o momento do treinamento e aperfeiçoamento de leitura e escrita.

Fase de automatização é o momento da prática independente de leitura e escrita.

Se nos primeiros anos de escolaridade uma atenção particular é devida aos processos de descodificação e automatização, há que desenvolver, nos anos subsequentes, técnicas de consulta e estratégias de estudo, proporcionando, ao longo de todo o percurso escolar, situações que fomentem o gosto pela leitura e que sedimentem os hábitos que caracterizam os leitores fluentes. É importante que o aluno aprenda a ler fluentemente, isto é, a extrair o significado do material escrito de forma precisa, rápida e sem esforço (POCINHO, 2007, p. 08).

Contrariamente à leitura, a escrita, para além das habilidades cognitivas, envolve as motoras. Esse processo sofre a influência de factores biológicos, neurológicos, psicológicos, sociais, pedagógicos, psicomotores, entre outros.

Em seguida arrolam-se as acções que irão materializar a área curricular de intervenção:

a) Divulgação dos objectivos e importância do Plano Nacional de Acção de Leitura e Escrita (PNALE)

Nesta acção, serão promovidos encontros nas escolas e nas comunidades, envolvendo professores, alunos, pais e/ou encarregados de educação, líderes comunitários, grupo de jovens (estudantes ou não) e outros membros da comunidade escolar para conversas, na escola e/ou na comunidade, sobre a importância da leitura e escrita no desenvolvimento integral dos alunos e no sucesso escolar. Deve-se falar também das vantagens de se iniciar, manter ou aprofundar o contacto com livros de autores moçambicanos e com outras obras de interesse para os alunos. Outrossim, deve-se auscultar os pais e encarregados de educação sobre o seu interesse e disponibilidade de participar em acções de incentivo à leitura e à escrita, a realizar nas comunidades locais onde vivem, através da sua participação nas feiras do livro, nas redes de voluntariado, como animadores de leitura e escrita, na exposição de produtos artísticos e gastronómicos da comunidade local, etc.

b) Promoção de Jornadas de Leitura e Escrita



Imagem 4: Alunos em jornadas de leitura

As jornadas de leitura e escrita são acções que visam criar consciência sobre o valor social do livro. Elas devem ser antecedidas de capacitação dos animadores/voluntários de leitura e escrita, sendo directores de escolas, directores adjuntos pedagógicos, professores, alfabetizadores, técnicos distritais e outros, que formarão a equipa distrital com a função de capacitar outros profissionais da educação a serem envolvidos na actividade.

Para a promoção de jornadas de leitura e escrita, poderão ser desenvolvidas, entre outras, as seguintes acções:

- Diagnosticar os hábitos de leitura e escrita dos alunos, os seus interesses e as suas competências linguísticas;
- Planificar actividades de leitura e escrita orientadas, que permitam a progressão gradual dos alunos nas suas práticas, promovendo hábitos de leitura e escrita autónomos;
- Selecionar obras diversas e textos literários para leitura e escrita na sala de aula, tendo em conta a idade e o nível dos alunos, bem como a sua competência linguística em línguas moçambicanas, língua portuguesa, língua de sinais e sistema Braille;
- Usar recursos locais (papel, garrafas, latas, cordas, pétalas, palha, conchas e outros) para a produção de materiais (quadro silábico, quadro de pregas, letras móveis, sopa de letras, sopa de palavras, dominós de palavras, e outros) de leitura e escrita;
- Desenvolver a prática de várias modalidades de leitura: leitura silenciosa, leitura em voz alta (pelo professor, pelos alunos, por um convidado que se desloque à escola), leitura dialogada, leitura expressiva, leitura em coro, leitura gravada, seguida de audição, etc.
- Definir metas precisas para o desenvolvimento de leitura e escrita (número de palavras, frases, extensão do texto);
- Realizar concursos de leitura e escrita de textos em prosa e poesia (em língua portuguesa, línguas moçambicanas, língua de sinais e no Sistema de grafia Braille), a nível da turma, escola, ZIP, bairro, distrito, província e do país;

- Criar grupos de monitoria das acções de leitura e escrita a nível da escola, ZIP, distrito, província e MINEDH;
- Promover a troca de experiência entre professores dentro da escola, da ZIP, e do distrito no âmbito de leitura e escrita;



Imagem 5: Alunos num pequeno circo de interesse se preparando para as jornadas de leitura.

- Proporcionar momentos de leitura e de escrita em cada aula;
- Promover círculos de interesse de leitura e escrita nos espaços escolares;
- Compilar histórias locais em línguas moçambicanas e portuguesa e transcrever em Sistema Braille (em caso de necessidade);
- Incentivar a criação de feiras municipais e comunitárias de leitura, escrita, artes plásticas (pintura, desenho, escultura, olaria, cestaria, etc.

5.2. Ambiente de leitura e escrita

Com esta área, pretende-se criar um ambiente favorável ao desenvolvimento do gosto pela leitura e escrita. Para o efeito, serão realizadas, entre outras, as seguintes acções:

- Criar projectos sociais de leitura e escrita em que serão convidados escritores para falarem sobre as suas obras, explicando o seu conteúdo, interagindo com as crianças, como forma de incentivá-las a ler e escrever textos, fazer recontos, dramatizar, declamar poemas, produzir histórias, fazer cópias, ditados, redacções, adivinhas, anedotas, bandas desenhadas e outras actividades lúdicas.
- Incentivar a leitura e a escrita do Jornal de Parede.
- Criar projectos sociais para o fomento da leitura e escrita, por exemplo, rodas de leitura e outras actividades na escola, na comunidade e nos municípios.
- Prover livros de leitura complementar para a sustentabilidade de uma cultura de leitura e escrita.
- Criar espaços normalmente chamados cantos de leitura dentro ou fora da escola (em casa, nas bibliotecas, nas comunidades ou outros locais) para o desenvolvimento de hábitos de leitura.
- Criar clubes de leitura, de carácter recreativo, a nível das escolas da ZIP e da comunidade.
- Criar programas locais e nacionais, radiofónicos e televisivos, de promoção e difusão de leitura e escrita.
- Organizar, com os pais e encarregados de educação, membros da comunidade, sessões sobre actividades concretas que visam apoiar os seus filhos no desenvolvimento do gosto pela leitura e escrita, devendo existir um guião comunitário para o efeito.
- Construir árvores e murais de leitura.

- Implantar bibliotecas comunitárias móveis e inclusivas, que compreendem um conjunto de livros, jornais revistas, etc. (organizados em caixas ou outros materiais destinados a utentes de vários lugares), devendo-se assegurar a existência de materiais em Português e nas línguas moçambicanas.
- Fazer a difusão de livros e de autores.
- Realizar exposições, feiras de livros, sessões de leitura, dramatizações e encontros com escritores (devidamente enquadrados no plano de actividades da escola, de acordo com os objectivos educativos).
- Promover concursos de leitura e escrita a nível da escola, da ZIP, distrito, província e do país.
- Atribuir prémios e/ou outros incentivos aos vencedores dos concursos.

5.3 Formação inicial e em exercício de Professores

No processo de ensino e aprendizagem, as instituições de formação de professores jogam um papel fundamental, uma vez que elas formam os novos professores que irão materializar os objectivos plasmados no Plano Curricular do Ensino Básico (PCEB) e no PNALE.

A aprendizagem pode acontecer em contextos variados (em casa, na escola, na comunidade, etc.), respeitando as particularidades de cada indivíduo. Assim, o professor, durante a sua actividade, pode se auxiliar do método que melhor se adequa à situação em que se encontra, de modo a fazer com que o aluno aprenda a ler e escrever.

a) Formação inicial

As instituições de formação de professores devem desenvolver programas de leitura e escrita, para que os futuros professores aprendam a trabalhar com os alunos num ambiente agradável, ensinando-os a ler, a interpretar diferentes textos e a escrever histórias, cartas, poemas, textos didácticos, textos jornalísticos, entre outros. As práticas pedagógicas e o estágio dos formandos devem

dar primazia ao desenvolvimento de competências de leitura e escrita.

No Processo de ensino e aprendizagem devem ser adoptadas várias acções para a promoção da leitura e da escrita, tais como:

- a. Promoção de leitura de obras na sala de aula ou fora dela e produção de fichas de leitura;
- b. Divulgação de livros;
- c. Realização de sessões de leitura envolvendo formadores de línguas e formandos;
- d. Realização de visitas orientadas às bibliotecas;
- e. Realização de actividades de animação e promoção de leitura e escrita, concursos, feiras do livro, encontro com escritores, devidamente enquadrados no plano de formação;
- f. Oficinas de produção de textos de natureza diversa;
- g. Exposição de trabalhos no domínio da produção escrita;
- h. Uso de métodos que facilitam a aprendizagem da leitura e escrita com recurso a vários materiais;
- i. Avaliação do desempenho do formando nas práticas pedagógicas e estágio, de acordo com os materiais produzidos e os resultados da leitura e escrita dos alunos;
- j. Divulgação da importância de leitura e escrita através de concursos, nos órgãos de comunicação social (rádio, jornais, televisão, revista, entre outros).

b) Formação em exercício

As instituições de formação de professores devem implementar o Plano Nacional de Leitura e Escrita para o desenvolvimento de estratégias de ensino da leitura e escrita que reflectem a pesquisa actual e prática efectiva no campo,

incluindo a instrução em línguas locais e projectos práticos baseados em evidências para a transição cuidadosa para português, bem como a produção dos respectivos materiais.

Com esta abordagem, pretende-se que os alunos desenvolvam o vocabulário e experiências suficientes para garantir que eles aprendam a ler e a escrever em Português e em línguas moçambicanas.

Para o efeito, são propostas acções a serem levadas a cabo nas escolas, tais como:

- a. Uso de métodos que facilitem a aprendizagem da leitura e escrita com recurso a vários materiais;
- b. Promoção de leitura complementar na sala de aula, entre turmas, escolas, membros da comunidade;
- c. Visitas orientadas às bibliotecas;
- d. Actividades de animação e promoção de leitura e escrita, concursos, feiras de livro, encontro com escritores, professores experientes e melhores alunos;
- e. Produção de textos de natureza diversa;
- f. Exposição de trabalhos no domínio da produção escrita (jornal de parede/mural de leitura/ árvore de leitura);
- g. Avaliação das competências de leitura e escrita dos alunos.

6. Avaliação da Fluência de Leitura

A fluência é a ponte que liga a leitura à compreensão dos textos, sendo avaliada por três indicadores: “a velocidade de leitura de palavras por minuto; o número de erros (que deve ser inferior a 5% das palavras lidas); a prosódia, que se refere à entoação e ritmo da leitura” (OLIVEIRA & CHADWICK, 2008, p. 13).

Para a avaliação da fluência de leitura é necessário:

- Elaborar brochura sobre a avaliação da fluência da leitura dos alunos;
- Produzir instrumentos de medição da fluência de leitura e de escrita dos alunos de acordo com os níveis de aprendizagem;
- Verificar, nas acções de supervisão e monitoria, questões relacionadas com a fluência de leitura e escrita.

7. Monitoria e Avaliação

No âmbito do presente Plano Nacional de Acção de Leitura e Escrita (PNALE), a monitoria e a avaliação, como processos permanentes de acompanhamento e verificação da implementação das actividades, serão realizadas em todos os níveis, desde o central até à escola, envolvendo diferentes actores, na base de um conjunto de indicadores de resultados e metas acordadas.

Os instrumentos de monitoria e avaliação garantem a recolha de informações relevantes sobre o estágio de implementação do PNALE. Fornecem também dados de desempenho colectados, de forma sistemática e regular, em consonância com os padrões e indicadores de qualidade estabelecidos para o Ensino Primário e Alfabetização e Educação de Adultos, visando a melhoria da qualidade das habilidades de leitura e escrita.

Os dados da monitoria e avaliação contribuem para uma melhor tomada de decisões quanto às questões que se revelem importantes para a efectivação do PNALE.

A monitoria e a avaliação fazem parte de um processo integrado e envolvem os órgãos centrais, provinciais, distritais, escolas, Zonas de Influência Pedagógica (ZIP's), Institutos de Formação de Professores (IFP's), Comunidades, Parceiros da Educação e a Sociedade Civil.

O Processo de monitoria do PNALE irá garantir que:

- Exista uma base de dados capaz de compilar, tratar e disseminar infor-

mações desagregadas por sexo e por tipo de Necessidades Educativas Especiais (NEE), sobre o progresso do PNALE, incluindo a elaboração de relatórios trimestrais e anuais.

- O MINEDH avalie, anualmente, em todas as províncias, a implementação das acções prioritárias e o seu impacto, através dos indicadores de resultados definidos no Plano.
- A DPEDH avalie, semestralmente, a implementação das acções prioritárias e o seu impacto através dos indicadores de resultados definidos no Plano.
- O SDEJT avalie, trimestralmente, a implementação das acções prioritárias e o seu impacto através dos indicadores de resultados definidos no Plano e envolvendo os principais intervenientes do processo.
- Os supervisores locais (gestores das escolas) façam a monitoria permanente.
- Seja feita uma avaliação intermédia no fim do segundo ano de implementação e uma final, no quarto ano, com a participação de avaliadores externos.

7.1. Avaliação Diagnóstica e Intermédia

A anteceder a implementação do PNALE, será realizada uma avaliação diagnóstica, com vista a determinar o estágio inicial das habilidades de leitura dos alunos.

A avaliação intermédia, como meio de aferir o grau de implementação do PNALE, vai permitir verificar as mudanças ocorridas no desenvolvimento das habilidades de leitura, tomando como base de comparação os estudos realizados na fase de diagnóstico nas escolas.

Os relatórios referidos na monitoria fornecerão a base de avaliação do PNALE. Entretanto, como forma de enriquecer a informação obtida através dos relatórios, deverão ser feitas entrevistas aos alunos, professores, gestores de

escolas, pais e encarregados de educação e à comunidade.

7.2. Avaliação Final

No quarto ano de implementação do PNALE, as comunidades, os alunos e todas entidades que tiverem participado directamente na implementação fornecerão o seu testemunho sobre o impacto e as lições aprendidas do PNALE, comparando sempre com a fase de diagnóstico e com as escolas de controlo.

Esta fase contará com a participação de parceiros do MINEDH e avaliadores externos.

8. Implementação

No âmbito da sua implementação, o PNALE prevê a intervenção a vários níveis, desde a concepção da política do seu funcionamento, sua operacionalização ao nível da província, distrito e escola. Neste sentido, a comunidade, sociedade civil e parceiros assumem papel dinamizador deste processo que se pretende que culmine com a melhoria na aquisição das competências de leitura e escrita. Assim, são apresentadas acções que orientam/norteiam a implementação do presente plano de acção aos seguintes níveis:

8.1. Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH)

- a. A implantação de bibliotecas ou alocação de acervo bibliográfico em todas as escolas do país;
- b. Realização de concursos de leitura a nível nacional;
- c. Edição e divulgação das redacções vencedoras;
- d. Criação de programas de distribuição de livros didácticos e de leitura complementar;
- e. Aquisição de livros em braille para atender pessoas com necessidades especiais sensoriais;

- f. Desenvolvimento de tecnologias para a preservação de acervos, informatização de bibliotecas, bibliotecas digitais e instalação de centros de leitura multimídia;
- g. Produção de materiais em língua portuguesa e em línguas moçambicanas para apoio à leitura;
- h. Angariar parceiros, internos e externos, para a dinamização da implementação do PNALE;
- i. Definição de políticas, estratégias, instrumentos e procedimentos inerentes ao PNALE;
- j. Planificação e orçamentação das acções do PNALE;
- k. Monitoria da implementação do PNALE à luz dos instrumentos e procedimentos definidos;
- l. Partilha/divulgação dos resultados do PNALE ao nível nacional;
- m. Avaliação externa dos progressos e resultados do PNALE.

8.2. Direcção Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano

- a. Planificação e orçamentação das acções do PNALE no PdA;
- b. Implantação de bibliotecas ou alocação de acervo bibliográfico nas escolas;
- c. Monitoria da implementação do PNALE ao nível dos distritos;
- d. Promoção, partilha e divulgação dos resultados da monitoria e supervisão do PNALE;
- e. Identificação das necessidades de formação e promoção de capacitações com base nas lacunas identificadas na implementação do PNALE;
- f. Concepção de estratégias de apoio aos SDEJT e escolas;
- g. Utilização da informação para apoiar o PNALE e melhorar o funcionamento da escola e do sistema educativo em geral.

- h. Elaboração de relatórios trimestrais e anuais sobre o PNALE e o seu envio ao MINEDH;
- i. Formação de mediadores de leitura;
- j. Criação de fundos e agências para financiamento e fomento da leitura;
- k. Produção de materiais em língua portuguesa e em línguas moçambicanas para apoio à leitura;
- l. Realização de concursos de leitura a nível da província e
- m. Aquisição de prémios para reconhecer os vencedores de concursos de leitura.

8.3. Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia

- a. Planificação e realização das acções do PNALE;
- b. Implantação de bibliotecas ou alocação de acervo bibliográfico nas escolas;
- c. Identificação, ao nível distrital, ZIP ou escola, das necessidades de capacitação e formação;
- d. Apoio às escolas, aos gestores e professores nas dificuldades identificadas;
- e. Promoção de acções de troca de experiência ao nível das ZIPs e escolas;
- f. Elaboração de relatórios trimestrais e anuais das acções do PNALE, envio à DPEDH e sua promoção e divulgação ao nível das escolas;
- g. Criação de programas de capacitação de bibliotecários e outros mediadores de leitura nos IFPs;
- h. Utilização do Ensino à Distância para a formação de promotores de leitura em escolas, bibliotecas e comunidades;
- i. Criação de metas mensuráveis de aprendizagem dos alunos e dados dos mesmos em cada ano lectivo que forneçam aos professores feedback

- sobre a eficácia do seu desempenho;
- j. Compilação de histórias locais, escritas e ilustradas por voluntários da comunidade;
 - k. Realização de concursos de leitura a nível distrital.
 - l. Atribuição de prémios aos vencedores.

8.4. Escola

- a. Planificação, em coordenação com a comunidade, e realização das acções do PNALE;
- b. Promoção de acções de capacitação e troca de experiência entre professores e facilitadores locais de leitura e escrita;
- c. Elaboração de relatórios trimestrais de acções do PNALE e seu envio ao SDEJT;
- d. Realização de jornadas pedagógicas de leitura e escrita;
- e. Utilização da informação para melhorar as habilidades de leitura e escrita;
- f. Expansão permanente do número de salas de leitura e ambientes diversificados voltados à leitura e
- g. Realização de concursos de leitura a nível da escola.

8.5. Sociedade civil, pais e encarregados de educação, bibliotecários, animadores de leitura e outras organizações.

- a. Apoio à abertura de bibliotecas comunitárias;
- b. Implantação de bibliotecas ou alocação de acervo bibliográfico na comunidade;
- c. Apoio às bibliotecas móveis e pontos de leitura;

- d. Desenvolvimento de planos locais com as comunidades para apoiar e incentivar a aprendizagem da leitura.

8.6. Parceiros

- a. Apoio técnico e financeiro para aquisição, distribuição e edição de livros em língua portuguesa e nas línguas moçambicanas;
- b. Apoio técnico e financeiro dos programas de formação de profissionais das bibliotecas escolares e mediadores de leitura;
- c. Apoio financeiro para a circulação de escritores nas escolas públicas;
- d. Apoio financeiro para concursos de leitura e escrita em línguas moçambicanas e portuguesa.
- e. Apoio técnico aos programas de capacitação de professores no âmbito da leitura.

9. Financiamento

As fontes de recurso devem abranger fundos públicos e privados, nomeadamente:

- a. Orçamento do Estado;
- b. Orçamento de entidades e empresas privadas e
- c. Fundos dos parceiros da Educação.

Referências Bibliográficas

CASTANHO, Graça. ALL (2002). *Aprender a Ler Lendo: Projecto de Literacia para o Século XXI*. Universidade dos Açores. In Gabriela Funk (org). (Re) pensar o ensino do português. Lisboa, Edições Salamandra Lda.

GONÇALVES, Perpétua & DINIZ, Maria João (2004). *Português no Ensino Primário Estratégias e Exercícios*. Maputo, INDE.

MINEDH/INDE (2015). *Programa do Ensino Primário. Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física. 1º Ciclo. 1ª e 2ª classes*.

_____ (2016). *Programas das Disciplinas do 1º Ciclo do Ensino Primário*. Maputo.

OLIVEIRA, J. B. A. & CHADWICK, C. (2008). *Aprender e ensinar*. Belo Horizonte, Instituto Alfa e Beta, 9ª ed.

OLIVEIRA, J. B. A. (2008). *Para ler com fluência: atividades orais para a sala de aula*. Brasília, Instituto Alfa e Beta, (Coleção LAB fluência de leitura), 2ªed.

POCINHO, M. M. F. D. D. (2007). *Prevenção da iliteracia: processos cognitivos implicados en la lectura*. Revista Iberoamericana de Educación ISSN: 1681-5653 n.º 44/3 – Disponível em: < <http://www.rioei.org/deloslectores/1895Pocinho.pdf>> Acesso em: 23 de ago. de 2014.

ROSA, Neto F et al. (2010). *Manual de Desempenho Escolar: Análise da leitura e escrita*. Palhoça: Ed. Unisul, Séries iniciais do Ensino Fundamental.

Save the Children (2010). *Literacy Boost Toolkit – Currículo dos Campos de Leitura*.

USAID/ApaL (2016). *Relatório sobre o Processo de Definição das Metas Nacionais de Fluência de Leitura* (não publicado).

Matriz Operacional do Plano Nacional de Acção de Leitura e Escrita

Acções Prioritárias	Resultados	Actividade	Responsável
I. Currículo			
1. Promoção de Jornadas de divulgação dos objectivos e importância do Plano Nacional de Acção de Leitura e Escrita	1.1 Produzidos materiais sobre a importância do livro, da leitura e da escrita	1.1.1 Realizar encontros de nível central para a concepção e produção de materiais (desdobráveis, cartazes, panfletos, spots publicitários)	DINEP
		1.2 Realizar 1 encontro regional com professores, coordenadores de ZIP's e Técnicos Pedagógicos para a adaptação e acomodação desses instrumentos de Português para as línguas moçambicanas	DINEP
		1.1.3 Realizar encontros para a Adaptação e acomodação desses instrumentos de língua portuguesa em braile, língua de sinais, envolvendo técnicos de nível central, provinciais e distritais.	DINEP
	1.2. Capacitados 1.155 profissionais de educação, incluindo bibliotecários para em objectivos e importância do Plano Nacional de Acção de Leitura e Escrita	1.2.1 Realizar encontros provinciais de capacitação sobre os objectivos e a importância do PNALE envolvendo técnicos provinciais, formadores dos IFP's e professores	DINEP
	1.3. Produzidos materiais de reforço a leitura e escrita, assim como instrumentos de medição de fluência de leitura e escrita	1.3.1 Realizar encontros para a concepção e produção de instrumentos de medição da fluência de leitura e escrita, materiais de reforço a leitura e escrita	DINEP
		1.3.2 Pré-testagem, dos materiais em 4 escolas envolvendo técnicos de nível central, provincial e distrital	DINEP
		1.3.3 Usar recursos locais (papel, garrafas, latas, cordas, pétalas, palha, conchas e outros) para a produção de materiais (quadro silábico, quadro de pregas, letras móveis, sopa de letras, sopa de palavras, dominós de palavras) de leitura e escrita;	Escolas

2. Promoção de Jornadas de Leitura e Escrita	2.1 Promovidas jornadas de leitura e escrita nos municípios, distritos, comunidade e escola	2.1.1 Realizar seminários à nível dos municípios e distritos, de todo o país, de capacitação de professores, animadores/voluntários, gestores escolares, alfabetizadores, líderes comunitários e religiosos a serem orientados por técnicos da DPEDH, formadores dos IFPs e técnicos distritais	DPEDH
		2.1.2 Realizar seminários à nível das ZIPs, de todo o país, de capacitação de professores, animadores/voluntários, gestores escolares, alfabetizadores, líderes comunitários e religiosos a serem orientados por técnicos distritais e professores.	SDEJT
		2.1.3 Realizar seminários à nível da escola, de todo o país, de capacitação de professores, animadores/voluntários, gestores escolares, alfabetizadores, líderes comunitários e religiosos a serem orientados por professores seleccionados na ZIP	ZIP
		2.1.4 Diagnosticar os hábitos de leitura e escrita dos alunos, os seus interesses e as suas competências linguísticas	Escola
		2.1.5 Planificar actividades de leitura e escrita orientadas que permitam a progressão gradual dos alunos nas suas práticas, promovendo hábitos de leitura e escrita autónomos	Escola
		2.1.6 Compilar histórias locais em línguas moçambicanas e portuguesa e transcrever em sistema braile (havendo necessidade)	MINEDH
		2.1.7 Criar grupos de monitoria das acções de leitura e escrita a nível da escola, ZIP, distrito, província e MINEDH;	Todos os níveis
		2.1.8 Promover a troca de experiência entre professores dentro da escola, da ZIP, e do distrito no âmbito de leitura e escrita;	Todos os níveis
		2.1.9 Proporcionar momentos de leitura e de escrita em cada aula	Escola
		Promover círculos de interesse de leitura e escrita nos espaços escolares	Escola
2.1.10 Incentivar a criação de feiras municipais, comunitárias de leitura, escrita, artes plásticas (pintura, desenho, escultura, olaria, cestaria, etc)	Todos os níveis		

II. Ambiente de leitura e escrita			
1. Criação de ambiente favorável ao desenvolvimento do gosto pela leitura e escrita	1.1 Criado um ambiente favorável ao desenvolvimento do gosto pela leitura e escrita (número de alunos que lê e escrevem no final de um certo período)	1.1.1 Imprimir e adquirir materiais de leitura e escrita obrigatória e complementar de Português, braile e línguas moçambicanas.	DINEP
		1.1.2 Criar projectos sociais de leitura e escrita em que serão convidados escritores para falarem sobre as suas obras, explicando o seu conteúdo, interagindo com as crianças como forma de incentivá-las a ler e escrever textos, fazer recontos, dramatizar, declamar poemas, produzir histórias, fazer copias, ditados, redacções, adivinhas, anedotas, bandas desenhadas e outras actividades lúdicas	DPEDH
		1.1.2 Incentivar a leitura e escrita do Jornal de Parede da escola	Todos os níveis
		1.1.4 Criar projectos sociais para o fomento da leitura e escrita, por exemplo: rodas de leitura e outras actividades na escola, na comunidade e nos municípios	SDEJT
		1.1.5 Promover o uso de livros de leitura complementar para a sustentabilidade de uma cultura de leitura e escrita	Escola
		1.1.6 Criar espaços normalmente chamados cantos de leitura dentro ou fora da escola (em casa, nas bibliotecas, nas comunidades ou outros locais) para o desenvolvimento de hábitos de leitura	Escola
		1.1.7 Criar clubes de leitura, de carácter recreativo, a nível das escolas da Zip e da comunidade	ZIP
		1.1.8 Organizar com os pais e encarregados de educação, membros da comunidade sessões sobre actividades concretas que visam apoiar os seus filhos no desenvolvimento do gosto pela leitura e escrita, devendo existir um guião comunitário para o efeito	Escola
		1.1.9 Construir árvores e murais de leitura	Escola
		1.1.10 Implantar bibliotecas comunitárias móveis e inclusivas, que compreendem um conjunto de livros, jornais revistas, etc. (organizados em caixas ou outros materiais destinados a utentes de vários lugares), devendo-se assegurar a existência de materiais em Português e nas línguas moçambicanas	SDEJT

		1.1.11 Difundir livros e autores nacionais e estrangeiros	Todos os níveis
		1.1.12 Realizar exposições, feiras de livros, sessões de leitura, dramatizações e encontros com escritores (devidamente enquadrados no plano de actividades da escola, de acordo com os objectivos educativos).	Todos os níveis
		1.1.13 Promover concursos de Leitura e escrita a nível da escola, da ZIP, distrito, província e país	DPEDH
		1.1.14 Atribuir prémios aos vencedores dos concursos.	DINEP
III. Formação Inicial e em Exercício de Professores			
1. Implementação nos IFP do PNA-LE com vista a dotar os futuros professores de estratégias a serem usadas no ensino da leitura e escrita.	1.1 Todos os graduados dos IFP capacitados em estratégias de desenvolvimento de leitura e escrita.	1.1.1 Promover leitura de obras na sala de aula ou fora dela e produzir fichas de leitura	IFP
		1.1.2 Divulgar livros e acções de leitura	
		1.1.3 Fazer sessões de leitura envolvendo formadores de línguas e formandos	IFP
		1.1.4 Organizar oficinas de produção de textos de natureza diversa	IFP
		1.1.5 Avaliar o desempenho do formando nas práticas pedagógicas e estágio de acordo com os materiais produzidos e os resultados da leitura e escrita dos alunos.	IFP
		1.1.6 Promover actividades de leitura e escrita, concursos, feiras do livro, encontros com escritores, devidamente enquadrados no plano de formação	IFP
		1.1.7 Divulgar a importância de leitura e escrita através de concursos, nos órgãos de comunicação social (rádio, jornais, televisão, revista, entre outros).	IFP
		1.1.8 Promover a leitura complementar na sala de aula, entre turmas, escolas, membros da comunidade	IFP
		1.1.9 Incentivar o uso de métodos que facilitem a aprendizagem da leitura e escrita com recurso a vários materiais	IFP
		1.1.10 Realizar visitas orientadas às bibliotecas	IFP

		1.1.11 Realizar actividades de animação e promoção de leitura e escrita, concursos, feiras de livro, encontro com escritores, professores experientes e melhores alunos	IFP
		1.1.12 Promover exposições de trabalhos no domínio da produção escrita	IFP
		1.1.13 Produzir textos de natureza diversa	IFP
		1.1.14 Incentivar e produzir Jornal de parede/mural de leitura/ árvore de leitura	IFP



Aprender a Ler e a escrever para saber Mais



Ler e escrever na escola, em casa e na comunidade



República de Moçambique
Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano